

A opção pelos pobres e a eclesiologia da *Evangelii Gaudium*

The option for the poor and the ecclesiology of *Evangelii Gaudium*

* Roseane do Socorro Gomes Barbosa

Resumo:

O pobre sempre esteve presente na história da Igreja, ora como objeto, ora como sujeito. A partir do Concílio Vaticano II, o pobre torna-se sujeito nos documentos e na ação evangelizadora da Igreja. A opção pelos pobres não surgiu com o Vaticano II, tampouco com a Teologia da Libertação; contudo, foi nesse contexto que essa opção se tornou preferencial. Ainda assim, este é um tema bastante controverso para a Igreja e para a Teologia. Vale lembrar que optar pelos pobres não se restringe a lutar por justiça social; antes de tudo, trata-se de lançar um olhar crítico sobre a sociedade e seu desenvolvimento, considerando as consequências que geram o empobrecimento da população, bem como situações de injustiça. Ao assumir o lado dos pobres, a Igreja solidariza-se com os oprimidos e luta a favor deles, buscando estruturas sociais mais justas e condições para uma vida digna. Neste texto, faremos um breve resgate histórico sobre a opção preferencial pelos pobres, desde as Sagradas Escrituras, passando pelo Vaticano II até a Conferência de Aparecida, para então traçarmos um paralelo com a eclesiologia do Papa Francisco, a fim de evidenciar que seu pontificado é voltado para os pobres.

Abstract:

The poor have always been present in the history of the Church, sometimes as objects and sometimes as subjects. Since the Second Vatican Council, the poor have become subjects in the Church's documents and evangelizing activities. The option for the poor did not emerge with Vatican II, nor with Liberation Theology; however, it was in this context that this option became preferential. Even so, this is a very controversial topic for the Church and for theology. It's worth remembering that opting for the poor isn't just about fighting for social justice; above all, it's about taking a critical look at society and its development, considering the consequences that generate the impoverishment of the population, as well as situations of injustice. By taking the side of the poor, the Church stands in solidarity with the oppressed and fights on their behalf, seeking fairer social structures and conditions for a dignified life. In this text, we will briefly review the history of the preferential option for the poor, from Sacred Scripture through Vatican II to the Aparecida Conference, and then draw a parallel with the ecclesiology of Pope Francis, in order to show that his pontificate is focused on the poor.

* Doutoranda em Teologia Sistemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestra em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Texto enviado em

30.10.2024

Aprovado em

17.03.2025

Palavras-chaves: Pobres; opção preferencial; Papa Francisco; *Evangelii Gaudium*

Keywords: Poor; preferential option; Pope Francis; *Evangelii Gaudium*.



Introdução

O tema do pobre e da pobreza sempre esteve presente na história da Igreja e na reflexão teológica. Esse foco na questão dos pobres revela-se como uma constante nas Escrituras e na tradição eclesial, influenciando significativamente a prática e o pensamento da Igreja. Entretanto, o entendimento - ou melhor, o próprio conceito de "pobre" - nem sempre foi uniforme. Desde a trajetória do povo de Israel até o tempo de Jesus, encontramos diferentes interpretações sobre quem são os pobres. De forma semelhante, nos dias de hoje, a definição de pobreza abrange múltiplas abordagens e significados, conforme diferentes perspectivas e contextos sociais. Ainda assim, algo permanece constante: sociologicamente, o pobre é aquele que se encontra vulnerável e desamparado, seja pela sociedade em geral, seja pelo Estado.

Apesar da relevância do tema e das numerosas abordagens, ainda faltam estudos que explorem como a opção preferencial pelos pobres, embora presente desde o contexto bíblico, foi sendo reinterpretada e consolidada ao longo do tempo. Também há uma lacuna na análise de como essa opção se manifesta e se atualiza na eclesiologia contemporânea, particularmente no pontificado do Papa Francisco e na *Evangelii Gaudium*.

Diante desse contexto, pergunta-se: Como a opção preferencial pelos pobres evoluiu na tradição eclesial e como ela é reafirmada na eclesiologia proposta pelo Papa Francisco, em especial na *Evangelii Gaudium*?

Este estudo tem como objetivo traçar a trajetória histórica e teológica da opção preferencial pelos pobres, desde suas raízes bíblicas até a abordagem eclesial do Papa Francisco. A pesquisa busca identificar as continuidades e rupturas na compreensão e aplicação dessa opção ao longo do tempo, culminando na sua expressão atual na *Evangelii Gaudium*.

A relevância deste estudo reside em aprofundar a compreensão do papel dos pobres na missão e na identidade da Igreja. Compreender essa evolução permite evidenciar a importância da opção preferencial pelos pobres no contexto contemporâneo, abordando as implicações dessa escolha para a ação pastoral e social da Igreja na atualidade.

1. O pobre e seu contexto na Sagrada Escritura

No Antigo Testamento, o termo mais frequente para designar o pobre é *'ani*, que remete a *anwin*. *'Ani* refere-se ao homem desprovido de capacidades, força e valor, que sofre diversas necessidades, como pobreza econômica, doença, prisão e opressão. Outro termo empregado para se referir ao pobre é *pauper*, palavra latina usada para designar aquele que possui pouco, com recursos escassos e que, sobretudo, necessita de proteção. Além disso, o pobre era visto como *minus doctus*, ou seja, alguém sem cultura, ou como *minus cautus*, uma pessoa considerada tola (ALMEIDA, 1993, p. 696-697).

Durante o período do nomadismo em Israel, não havia uma grande distinção entre riqueza e pobreza; todos eram igualmente pobres, e prevalecia uma estreita interdependência entre família e clã, especialmente em relação aos rebanhos. Esse modo de vida protegia o indivíduo e as minorias contra a necessidade extrema.

Com a sedentarização do povo de Israel, o aumento da propriedade privada e a vida nas vilas e cidades trouxeram consigo uma responsabilidade individual maior no que se refere à subsistência. Pouco a pouco a economia foi gradualmente se expandindo, levando ao surgimento de uma classe rica e ao empobrecimento das condições de vida dos camponeses e artesãos (MACKENZIE, 1984, p. 729). Neste contexto, o Código da Aliança, a mais antiga coleção de leis de Israel, estabelece estatutos para a proteção dos pobres: “Quando comprares um escravo hebreu, seis anos ele te servirá; mas no sétimo sairá livre, sem nada pagar” (Ex 21,2).

Além disso, a cada sete anos, os campos deveriam descansar para que os pobres pudessem comer do que neles crescesse: “Durante seis anos semearás a tua terra e recolherás os seus frutos. No sétimo ano, porém, a deixarás descansar e não a cultivarás, para que os pobres do teu povo achem o que comer” (Ex 23,10-11). Havia também leis específicas para a proteção de estrangeiros, órfãos e viúvas: “A cada três anos, tomarás o dízimo da tua colheita no terceiro ano e o colocarás em tuas portas. Virá [...] o estrangeiro, o órfão e a viúva que vivem nas tuas cidades, e eles comerão e se saciarão” (Dt 14,28).

À medida que o povo de Israel se estabeleceu na Terra de Canaã, as relações com o pobre e com a pobreza também passaram por transformações. Os juízes, por exemplo, eram instruídos a não perverter a justiça devida aos pobres: “Não

desviarás o direito do teu pobre em seu processo" (Ex 23,6). Afinal, seria o próprio Iahweh quem faria justiça ao pobre: "Não afigireis nenhuma viúva ou órfão. Se o afigires e ele gritar a mim, escutarei seu grito; minha ira se acenderá e vos farei perecer pela espada; vossas mulheres ficarão viúvas e vossos filhos órfãos" (Ex 22,21-24).

1.1. A figura do pobre na literatura do Antigo Testamento

A literatura sapiencial apresenta uma leitura mais espiritualizada da pobreza em suas meditações orantes sobre a figura do pobre. Este é descrito como "aquele que sofre e confia em Deus, apesar da solidão, da hostilidade, da miséria e das provações" (DE CÂNDIDO, 1993, p. 948). Nos Salmos, uma coleção de hinos e cânticos que acompanham a caminhada do povo, proclama-se a presença do Deus libertador e salvador do pobre: "Pois ele liberta o indigente que clama e o pobre que não tem protetor; tem compaixão do fraco e do indigente, e salva a vida dos indigentes" (Sl 72,12).

Nos escritos sapienciais, a pobreza não é vista como um valor em si, mas como uma condição que pode levar a um aperfeiçoamento espiritual: "Este pobre gritou e Iahweh ouviu, salvando-o de suas angústias todas" (Sl 34,7). Além disso, muitas generalizações contrastantes são descritas com base na observação da realidade: "O pobre é odioso mesmo para o vizinho" e "feliz é quem tem piedade dos pobres" (Pr 14,20-21). A disparidade entre ricos e pobres é evidente nessa literatura, mostrando que a situação do pobre é difícil, enquanto a posição do rico é mais favorável: "A fortuna do rico é sua fortaleza" (Pr 10,15).

Por outro lado, a literatura sapiencial demonstra certa ambiguidade quanto à pobreza, pois, enquanto defende o pobre, também descreve a pobreza como uma consequência da preguiça: "Quem cultiva sua terra sacia-se de pão, quem persegue o vazio sacia-se de pobreza" (Pr 28,19). No contexto social, o pobre é frequentemente a "vítima," mas na dimensão espiritual, ele é visto como alguém querido por Deus. Deus defende o direito do pobre e exige justiça para com eles: "Não despojes o fraco, por ser fraco, nem oprimas o pobre no julgamento. Porque Iahweh disputará a sua causa e tirará a vida dos que os defraudaram" (Pr 22,22-23). Assim, nos escritos sapienciais, ser pobre não é um castigo de Deus, mas pode ser visto como uma provação para a fidelidade, como aparece

no livro de Jó. Embora esses escritos não proclamem os pobres como bem-aventurados, eles declaram: “feliz quem pensa no fraco e no indigente, no dia da infelicidade lahweh o salva” (Sl 41,2).

Nos livros proféticos, por sua vez, a disparidade entre ricos e pobres é ainda mais enfatizada, e alguns profetas assumem uma posição em favor dos pobres, condenando a exploração e a injustiça: “não fazem justiça ao órfão, a causa da viúva não os atinge” (Is 1,23); “Ultrapassaram, até os limites do mal; não respeitam o direito, o direito dos órfãos e, todavia, têm êxito! E não fazem justiça aos indigentes” (Jr 5,28).

Os profetas destacam que lahweh toma o partido do pobre e o ama: “Eis para que estão voltados meus olhos, para o pobre e para o abatido” (Is 66,2). Eles também denunciam a exploração do homem pelo homem: “Porque vendem o justo por dinheiro e o indigente por um par de sandálias. Eles esmagam sobre o pó da terra a cabeça dos fracos e tornam torto o caminho dos pobres” (Am 2,6-7). A expectativa era de que o rico não se aproveitasse do pobre, particularmente usando sua riqueza para corromper a administração do governo e os processos judiciais (MCKENZIE, 1984, p. 729).

1.2. A figura do pobre no Novo Testamento

Este artigo não pretende apresentar uma análise exaustiva sobre o pobre ou a pobreza no Novo Testamento, mas apenas situar a opção preferencial pelos pobres como fundamentada na Sagrada Escritura. No Novo Testamento, o conceito de pobre se amplia em relação ao Antigo Testamento. Se antes o pobre era identificado como o órfão, a viúva e o estrangeiro, agora ele inclui pecadores - como enfermos, indigentes e estrangeiros - além de publicanos, que não conseguem melhorar sua condição por si mesmos.

Nos Evangelhos Sinóticos, Jesus vive a pobreza como uma demonstração messiânica, expressa nas atitudes do servo de Yahweh: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou pela unção para evangelizar os pobres” (Lc 4,18; Is 61,1). A pobreza de Cristo cumpre as profecias, pois ele é pobre e evangeliza os pobres: “Os cegos recuperam a vista, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e os pobres são evangelizados” (Mt 11,5). Os pobres são chamados de bem-aventurados, e o caráter revolucionário dessa afirmação reside em caracterizar a pobreza

não como maldição, mas como bem-aventurança, pois o Reino do Céu lhes pertence, superando toda riqueza. Isso, porém, não significa que apenas os pobres entram no Reino dos Céus, mas é uma resposta implícita à arrogância dos fariseus, que se consideravam perfeitos e justos diante de Deus: “O fariseu, de pé, orava interiormente desse modo: †Ó Deus, eu te dou graças porque não sou como o resto dos homens, ladrões, injustos, adúlteros, nem como este publicano” (Lc 18,11).

Alguns exegetas afirmam que a pobreza de Jesus é, de certo modo, subjetiva e relacionada à sua liberdade de coração: “Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de mim, porque sou manso e humilde de coração” (Mt 11,29). Em total disponibilidade à vontade do Pai, Jesus escolhe a cruz: “Abaixou-se, tornando-se obediente até a morte, e morte de cruz” (Fl 2,8).

Jesus não apenas se solidariza com os pobres, mas participa de sua vida. Fazer-se pobre torna-se uma condição para seguir a Jesus: “Não vos preocupeis com a vida, quanto ao que haveis de comer, nem com o corpo, quanto ao que haveis de vestir. Pois, a vida é mais que o alimento, e o corpo mais do que a roupa” (Lc 12,22-23). Além disso, é preciso renunciar às seguranças materiais e à riqueza: “qualquer de vós, que não renunciar a tudo o que possui, não pode ser meu discípulo” (Lc 14,33). O discípulo é chamado a uma renúncia mais radical, a de negar a si mesmo: “Se alguém quiser vir após mim, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me. Pois, aquele que quiser salvar sua vida, a perderá; mas, o que perder sua vida por causa de mim e do Evangelho, a salvará” (Mc 8,34-35).

Nos quatro Evangelhos, encontramos muitas parábolas, como a do bom samaritano, os trabalhadores da vinha, os dois devedores, o fariseu e o publicano, o juiz iníquo e o rico e Lázaro. O tema central dessas parábolas é o pobre ou o pecador, ambos em sinônimo de pobreza. Os Sinóticos muitas vezes apresentam as mesmas parábolas, com detalhes ou expressões específicas de cada evangelista, embora também existam narrativas exclusivas de cada Evangelho.

Nos demais escritos do Novo Testamento, o tema dos pobres é abordado de forma secundária. Nos textos paulinos, encontramos o pedido de ajuda que Paulo faz às igrejas helenísticas em favor dos pobres de Jerusalém: “Nós só nos devíamos lembrar dos pobres, o que, aliás, tenho procurado fazer com

solicitude” (Gl 2,10). Paulo recomenda que os cristãos doem o supérfluo aos pobres, promovendo a igualdade entre eles: “No presente momento, o que para vós sobeja suprirá a carência deles, a fim de que o supérfluo deles venha um dia suprir a vossa carência. Assim haverá igualdade” (2Cor 8,14).

2. A Igreja na América Latina e a opção preferencial pelos pobres

Desde o Concílio Vaticano II, a opção preferencial pelos pobres foi assumida como uma verdadeira “profissão de fé” no Deus que, desde o Antigo Testamento, defende os direitos dos oprimidos e se posiciona contra as injustiças cometidas contra eles. Assim, a Igreja se solidariza com os marginalizados, comprometendo-se a lutar por eles e ao lado deles por estruturas sociais mais justas e condições de vida dignas. A realidade social observada confirma a urgência desse compromisso, pois, como afirma o Concílio: “a uma crescente multidão falta o absolutamente necessário, enquanto alguns, mesmo em regiões pobres, vivem na maior opulência, dissipando riquezas” (GS 63).

A opção preferencial pelos pobres vai além da simples luta por justiça social. Essa perspectiva representa um olhar atento sobre as consequências sociais do desenvolvimento técnico-industrial, que têm gerado o empobrecimento de grande parte da população mundial. O objetivo é promover uma organização social que elimine as relações de desigualdade, injustiça e opressão que geram miséria, e assim possibilitar que todos vivam de forma digna (ALMEIDA, 1993, p. 704).

Ademais, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, número 8, ressalta os grandes desafios que essas desigualdades geram: “grandes desavenças surgem entre as raças ou entre as diversas classes sociais; entre as nações ricas e as menos ricas ou francamente pobres; entre as organizações internacionais voltadas para a paz e as ambições expansionistas de certas ideologias ou cupidez de certas nações ou de certos grupos.”

2.1. O Concílio Vaticano II e a opção pelos pobres

Ao adotar a opção preferencial pelos pobres, a Igreja rompeu com uma parte significativa de sua própria história, em que os pobres não ocupavam o centro de sua atuação, estando muitas vezes à margem do pensamento teológico. A partir da perspectiva dos oprimidos e empobrecidos, o Concílio

Vaticano II trouxe uma nova visão teológica que afirma: “A Igreja envolve com amor todos os que sofrem. Reconhece nos pobres e nos desvalidos a imagem de seu fundador, pobre e sofredor, empenha-se em combater a pobreza e se coloca a serviço dos pobres, como a serviço de Cristo” (LG 8).

No Vaticano II, a Igreja buscou interpretar teologicamente as dinâmicas econômicas e sociais da realidade em que estava inserida, abordando o tema no terceiro capítulo da *Gaudium et Spes*. Esse documento procurou oferecer “orientações adaptadas às atuais circunstâncias, tendo em vista, em primeiro lugar, as exigências do progresso econômico” (GS 63). Segundo o Concílio, o desenvolvimento econômico deve estar a serviço do ser humano e sob seu controle, não restrito a pessoas ou grupos com poder econômico. Assim, torna-se necessário combater as desigualdades e envolver os trabalhadores nas decisões que afetam suas vidas e suas famílias. Temas como a destinação universal dos bens, a propriedade e o latifúndio, o investimento de capital e os problemas monetários foram debatidos à luz de Cristo, dos Evangelhos e da teologia.

Neste contexto, reconheceu a necessidade de romper com o “dualismo que separa a redenção dos processos econômicos, sociais e políticos da história real” (EICHER, 1993, p. 607). Para a Igreja, a evangelização não poderia mais ignorar os sistemas de opressão, as injustiças e outras realidades que degradam a vida dos mais vulneráveis. Nesse sentido, os pobres se tornam protagonistas na libertação dos ricos, uma transformação que inverte os papéis tradicionais de caridade e dependência.

Na perspectiva de uma evangelização libertadora Leonardo Boff enfatiza que “não é o mundo que está na Igreja, mas a Igreja no mundo, como sinal sacramental de salvação e unidade” (BOFF, 1984, p. 31). A pergunta que emerge então é: em qual “mundo” a Igreja deve atuar como sacramento de salvação? Para o Concílio, esse mundo é o dos pobres, das periferias onde vive a maioria de nosso povo.

Do ponto de vista eclesial, a opressão dos pobres e marginalizados, que os cristãos são chamados a combater, apresenta duas vertentes: uma ética, manifestada nas injustiças e opressões, e outra teológica, entendida como pecado social ou estrutural. Não é aceitável que, entre cristãos, se parta o pão eucarístico enquanto muitos irmãos e irmãs são privados do necessário ou morrem de fome.

O processo de libertação proposto pelo Concílio Vaticano II abrange múltiplas dimensões tais como: econômica, política, cultural, pedagógica e religiosa. Grosso modo, é preciso libertar da fome, da marginalização, do analfabetismo e ignorância, da dependência despersonalizadora e do pecado como rejeição de Deus e de seu projeto histórico (ibidem, p. 31).

2.2. A Teologia da Libertação e a opção preferencial pelos pobres

Falar em libertação pressupõe uma ruptura com uma realidade contrária e frequentemente antagônica, que demanda um novo modo de agir tanto na Igreja quanto na sociedade. A libertação, no entanto, não implica necessariamente luta armada ou violência; ao contrário, exige ações concretas de ruptura com situações que restringem a liberdade.

Na América Latina dos anos 1960, emergia a Teologia da Libertação, uma abordagem teológica que clamava pela emancipação dos povos de um continente empobrecido, excluído do desenvolvimento econômico das grandes nações e marcado pela violência das ditaduras sul-americanas.

A Teologia da Libertação é uma “reflexão crítica sobre a práxis humana à luz da prática de Jesus e das exigências da fé. A prática de Jesus privilegiou, indiscutivelmente, os pobres” (ibidem, p. 26-27). Nesse contexto, a opção preferencial pelos pobres fundamenta-se na Teologia da Libertação, que coloca o pobre como ponto de partida de seu pensamento teológico. A Teologia da Libertação, ademais, opera em diversos níveis: pastoral, eclesial-político e estritamente político. Em vários aspectos, foi “censurada” pela Igreja de Roma, sendo especialmente o nível político - frequentemente rotulado de “marxismo católico” - o mais rejeitado. Ainda assim, isso não implica que todos os seus aspectos devam ser descartados ou condenados.

A divisão mundial entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos impactou diretamente os projetos de desenvolvimento na América Latina, que ficaram subordinados às condições impostas pelos países ricos, agravando o empobrecimento no continente. Dentro desse contexto, bispos e teólogos formularam a opção pelos oprimidos, desafiados pela mensagem bíblica de justiça divina (EICHER, 1993, p. 598-609).

O pobre luta por dignidade, justiça e direitos porque todos esses valores lhe são negados. Um dos fatores que produz a pobreza e impede sua superação

é o capitalismo, cuja forma mais agressiva, o anarcocapitalismo, transforma direitos em privilégios, perpetuando a carência dos mais necessitados. “Todos nós chegamos nus ao mundo, mas o pobre não nasce apenas nu; ele pertence a um grupo social historicamente privado dos meios para vesti-lo, alimentá-lo e desenvolvê-lo” (ALMEIDA, 1993, p. 696-713).

2.3. A opção preferencial pelos pobres nas conferências do CELAM

Em 1968, o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) reuniu-se em Medellín, Colômbia, para a realização da Segunda Conferência Geral, cujo tema foi “Presença da Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio”. O principal objetivo da conferência era buscar formas de aplicar, no contexto latino-americano, as resoluções propostas pelo Concílio Vaticano II. Assim, afirma: “A Igreja da América Latina, dadas às condições de pobreza e subdesenvolvimento do continente, sente a urgência de traduzir esse espírito de pobreza em gestos, atitudes e normas, que a tornem um sinal mais lúcido e autêntico do Senhor” (DM 14). Entre as discussões mais emergentes, estava a opção preferencial pelos pobres, presente nas questões debatidas durante o Concílio, ainda que não tenha sido afirmada *ipsis litteris*. No entanto, o tema dos pobres perpassou o Vaticano II e está presente em quase todos os documentos conciliares.

Segundo Boff, a conferência de Medellín não buscou apenas formas de aplicar as resoluções do Concílio Vaticano II na realidade latino-americana, mas, sobretudo, “como enriquecer a doutrina conciliar a partir dos desafios da realidade dos pobres e oprimidos do continente” (BOFF, 1984, p. 33). Para isso, o episcopado latino-americano adotou a metodologia “ver, julgar e agir”. Ou seja, primeiramente, foi realizada uma análise crítica da realidade - momento do “ver”; em seguida, essa realidade foi iluminada pela reflexão teológica - momento do “julgar”; e, por fim, definiram-se as diretrizes de atuação pastoral - momento do “agir” (ibidem, p. 32-33).

Olhando criticamente para a realidade latino-americana, o episcopado, em Medellín, reconheceu que o anúncio do Evangelho exige uma conversão aos pobres e oprimidos, de modo que a bem-aventurança dos pobres não é apenas espiritual, mas também uma condição para o seguimento de Cristo. A Igreja viu-se confrontada com a realidade de um povo pobre, marcado pela injustiça, falta

de dignidade e miséria. Havia um anseio para que “a Igreja da América Latina seja evangelizadora e solidária com os pobres, testemunha do valor dos bens do Reino e humilde servidora de todos os homens de nossos povos”. A opção preferencial pelos pobres foi assumida não apenas como um dever da Igreja, mas como uma denúncia profética do pecado social (EICHER, 1993, p. 599). Tratava-se de assumir a luta pelo reconhecimento dos pobres a partir de sua própria realidade e perspectiva, não só para a Igreja, mas para todos os cristãos, pois não são apenas os pobres que necessitam de conversão e libertação.

Em 1979, onze anos após Medellín, o episcopado latino-americano reuniu-se em Puebla, México, sob o tema “A Evangelização no presente e no futuro da América Latina”. Os bispos buscavam dar uma resposta profética num período em que os países latino-americanos enfrentavam tortura, desprezo e falta de dignidade. No documento final da conferência, a quarta parte retoma o posicionamento de Medellín em relação aos pobres, embora com menor ênfase do que em 1968. Constatou-se que, no período entre 1968 e 1979, a opção preferencial pelos pobres “foi causa de tensões e conflitos dentro e fora da Igreja” (DP 1139). O termo “preferencial” passou a ser qualificado como “não exclusiva” (DP 1145), e também foi afirmada como preferencial a opção pelos jovens (DP 1186-1187). Dessa forma, buscava-se evitar posicionamentos políticos a partir de uma postura menos radical em relação a Medellín.

Em 1992, na cidade de Santo Domingo, República Dominicana, ocorreu a IV Conferência do Episcopado Latino-Americano, com o tema “Nova Evangelização, Promoção Humana, Cultura Cristã”. No discurso inaugural à assembleia, o Papa João Paulo II destacou cinco pontos fundamentais que nortearam as temáticas da conferência, a saber: celebrar Jesus Cristo e os 500 anos de evangelização nas Américas (SD 2); a nova evangelização como eixo central de toda a conferência (SD 6); a promoção humana como consequência lógica da evangelização (SD 13); a cultura cristã como fonte de inspiração para a evangelização das culturas desde o interior (SD 20); e uma nova evangelização sob o signo da Esperança, que identifica desafios e traça os caminhos que a Igreja deve seguir (SD 25).

Reafirmou-se a opção preferencial pelos pobres; contudo, assim como em Puebla, reforçou-se que a “opção evangélica e preferencial pelos pobres, firme e irrevogável”, não é “exclusiva nem excludente” (SD 178). Observou-se ainda que a promoção humana autêntica deve partir da dignidade da pessoa

e do ambiente em que vive. Analisando a América Latina, constataram-se fenômenos como o empobrecimento social e econômico (SD 179) e diversas formas de exclusão social, étnica e cultural (SD 179). Se em Puebla a opção pelos pobres foi suavizada, em Santo Domingo, ela passou a ser vista sob uma perspectiva mais espiritual, que, à imitação de Jesus Cristo, permeia toda a ação evangelizadora da Igreja (SD 296).

Em 2007, sob o tema “Discípulos e missionários de Jesus Cristo, para que Nele nossos povos tenham vida - Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida” (Jo 14,6), realizou-se a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, na cidade de Aparecida, São Paulo, Brasil. Assim como nas conferências anteriores, foi adotada a metodologia do ver-julgar-agir. Ao analisar a realidade do povo, percebeu-se um cenário marcado por grandes mudanças de alcance global, com “consequências em todos os campos de atividade da vida social, impactando a cultura, a economia, a política, as ciências, a educação, o esporte, as artes e, naturalmente, a religião” (DAP 35).

Em Aparecida, a Igreja reconheceu as sombras no caminho percorrido e as interpretações reducionistas das propostas de renovação do Vaticano II (DAP 100). Buscou-se retomar, sob a perspectiva do discípulo e missionário, a opção preferencial pelos pobres, ampliando-a para incluir também os excluídos. O episcopado afirmou que essa opção, implícita na fé Cristológica, “é uma das peculiaridades que marca a fisionomia da Igreja latino-americana e caribenha” (DAP 391). Aparecida seguiu Puebla e Santo Domingo ao afirmar que a opção preferencial pelos pobres não é exclusiva nem excludente (DAP 392).

Desse modo, a expressão “não exclusiva nem excludente”, que dilui o tom profético do termo preferencial de Medellín, deve ser entendida em sentido positivo: a Igreja abraça a luta de todos os necessitados, mas a causa dos mais pobres precede todas as demais. Assim, “a opção preferencial pelos pobres nos impulsiona, como discípulos e missionários de Jesus, a procurar caminhos novos e criativos a fim de responder a outros efeitos da pobreza” (DAP 409).

3. Uma Igreja pobre que não abandona os últimos

A eclesiologia de Francisco, marcada por seu histórico de atuação pastoral na América Latina, é fundamentada em uma compreensão prática e teológica das desigualdades socioeconômicas da região. Antes de se tornar

Papa, Francisco foi Arcebispo de Buenos Aires, Argentina, uma posição que o permitiu testemunhar diretamente o impacto da pobreza, do tráfico de pessoas, e da exploração trabalhista no continente sul-americano. Sua visão eclesiológica é fortemente influenciada pela *V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*, realizada em 2007 em Aparecida, Brasil, onde se enfatizaram os efeitos devastadores da globalização em um contexto de grandes latifúndios, narconegócio, concentração de riquezas e exclusão social, que agravam a pobreza e a miséria na América Latina (DAp 60-73).

3.1. A opção pelos pobres e a eclesiologia de Francisco

No início de seu pontificado, através da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco apresenta seu ideal de Igreja e de evangelização, que podemos sintetizar em uma expressão: “Igreja em saída”. Colocar-se em saída é um mandato de Jesus: “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinando a observar tudo quanto vos ordenei” (Mt 28,19-20). Assim, uma “Igreja em saída” é, antes de tudo, o mandato de Jesus colocado em prática, pois “todos nós somos convidados a aceitar este chamado: sair da própria comunidade e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho” (EG 22). Em outras palavras, uma “Igreja em saída” é aquela que vai ao encontro das “ovelhas” e sente seu cheiro, que não se fecha em gabinetes, mas vai às “periferias humanas” (EG 46).

A *Evangelii Gaudium*, escrita em 2013, dirige-se a todos os católicos, tratando do anúncio do Evangelho no mundo atual. Com base na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, mas sem a pretensão de oferecer um tratado completo sobre a missão atual da Igreja, o Papa Francisco aborda os seguintes temas: a) a reforma da Igreja em saída missionária; b) as tentações dos agentes pastorais; c) a Igreja vista como a totalidade do povo de Deus que evangeliza; d) a homilia e sua preparação; e) a inclusão social dos pobres; f) a paz e o diálogo social; g) as motivações espirituais para o compromisso missionário (EG 17).

Com esses temas, Francisco não pretende fazer uma análise detalhada da realidade contemporânea, mas sim animar “todas as comunidades a uma capacidade sempre vigilante de estudar os sinais dos tempos” (EG 51). No segundo capítulo, intitulado “Na crise do compromisso comunitário”,

Evangelii Gaudium apresenta alguns desafios para o mundo e para a Igreja na contemporaneidade. Os cristãos são chamados a dizer não à economia de exclusão, à nova idolatria do dinheiro, ao dinheiro que governa em vez de servir, e à desigualdade social que gera violência. São temas de cunho social que impactam especialmente os mais fragilizados de nossa sociedade.

A preocupação com os pobres e necessitados é uma marca do pontificado de Francisco. Embora em *Evangelii Gaudium* não se mencione explicitamente a “opção preferencial pelos pobres”, eles são o foco de atenção que perpassa toda a exortação. No quarto capítulo, que trata da dimensão social da evangelização, a primeira parte aborda especificamente a inclusão social dos pobres e afirma que a caridade é uma dimensão constitutiva da Igreja, não se tratando de “uma mera soma de pequenos gestos pessoais a favor de alguns indivíduos necessitados” (EG 180). Nesse sentido, a caridade deve ser compreendida como consequência social e, portanto, não pode ser reduzida a “meras generalidades que não interpelam ninguém” (EG 182).

Como cristãos, não podemos ter um coração endurecido e alienado, cego pelo consumismo e “exonerado da preocupação pelos pobres e pela justiça social” (EG 195). Uma fé autêntica, afirma o Papa, traz consigo o desejo de transformar o mundo, de “resolver as causas estruturais da pobreza e promover o desenvolvimento integral dos pobres, assim como os gestos mais simples e diários de solidariedade” (EG 188). Essa solidariedade não deve ser entendida apenas como atos esporádicos, mas como uma nova mentalidade que visa devolver ao pobre o que lhe é de direito.

Uma Igreja pobre e para os pobres é a marca fundamental da eclesiologia de Francisco. No entanto, é necessário cuidado para não esvaziar essa afirmação, pois “se somos todos pobres, a opção pelos pobres é opção por todos. E quando todos se tornam prioridade, ninguém mais é prioridade” (AQUINO JR, 2018, p. 14). O esvaziamento ocorre porque, na atualidade, existem diversas formas de pobreza e diferentes tipos de “pobres”. Daí a importância de se compreender que, quando a Igreja fala dos pobres, ela prioriza um conceito teológico, com implicações também sociológicas, culturais e políticas. Todavia, isso não exclui outras formas de pobreza contemporânea, que se manifestam nos sem-teto, dependentes químicos, refugiados, imigrantes, entre tantos outros.

Além das necessidades sociais, isto é, o acesso e o direito a uma vida digna, os pobres também necessitam de cuidado espiritual. Negar ou subtrair esse cuidado é “a pior discriminação que sofrem os pobres” (EG 200), motivo pelo qual a “opção preferencial pelos pobres deve traduzir-se, principalmente, numa maior solicitude religiosa privilegiada e prioritária”.

A opção pelos pobres não é uma novidade na Igreja, pois encontra-se na preferência de Deus, Ele que viu a miséria do seu povo, ouviu o seu grito e desceu para libertá-lo (Ex 3,7-8). Desse modo, *Evangelii Gaudium* enfatiza que todo cristão deve empenhar-se na promoção integral de cada ser humano, especialmente dos últimos, daqueles que a sociedade descarta e lança fora (EG 195).

Considerações finais

A opção pelos pobres sempre esteve presente na história da salvação. Desde as origens do povo de Israel, Deus se revela como Aquele que tem uma predileção especial pelos pobres. Em todo o Antigo Testamento, o tema da justiça aparece como sinônimo de fidelidade à Aliança, sendo a ajuda aos necessitados - viúvas, órfãos e estrangeiros - a principal expressão dessa conduta justa.

Na Sagrada Escritura, o conceito de “pobre” não é unívoco. Cada contexto da história de Israel apresenta uma compreensão distinta do que significa ser pobre e da própria realidade da pobreza. Inicialmente, a viúva, o órfão e o estrangeiro eram os grupos mais vulneráveis, e a justiça exigia que o povo cuidasse desses necessitados. Essa concepção é amplamente abordada tanto na literatura sapiencial quanto nos profetas.

Entretanto, também encontramos uma visão negativa da pobreza em alguns Salmos e Provérbios. Ainda assim, os profetas clamam pela defesa dos pobres e explorados, denunciando as injustiças. Já no Novo Testamento, vemos uma nova perspectiva: os pobres passam a ser identificados, em parte, com os marginalizados da sociedade, como publicanos e pecadores. Em vários textos paulinos e nas cartas católicas, encontramos orientações para o cuidado e a atenção aos necessitados.

Assim, desde a Sagrada Escritura, defender a causa dos pobres e assumir sua luta por uma vida digna não é apenas uma ação caritativa, mas, antes de tudo, uma questão de justiça. Os bens da criação, conforme a teologia bíblica,

foram feitos para servir a todos, e a negação desse princípio atinge não só os pobres, mas o próprio Deus, que elege o pobre de forma preferencial.

Ao abrir-se para o mundo moderno, a Igreja, atenta ao contexto da sociedade industrial e capitalista, reconheceu que, ao longo de sua história, o pobre nem sempre esteve no centro de sua ação. Nesse sentido, o Concílio Vaticano II, com uma voz profética, trouxe a opção pelos pobres para o centro da reflexão teológica, fazendo dela uma de suas principais marcas.

No contexto sul-americano, a Conferência Episcopal Latino-Americana não apenas buscou aplicar as resoluções do Vaticano II, mas, a partir de uma teologia emergente da realidade latino-americana marcada pela pobreza e por regimes autoritários, assumiu a luta em favor e ao lado dos pobres do continente. Desde Medellín até Aparecida, a opção pelos pobres manteve-se como uma opção preferencial, embora não exclusiva ou excludente.

Dar prioridade aos pobres é a tônica do pontificado do Papa Francisco. Em sua vida, isso não é novidade; seja em sua trajetória como Jesuíta, seja como arcebispo de Buenos Aires, sempre esteve presente a defesa dos pobres e dos excluídos. Esse compromisso com a ação da Igreja centrada nos pobres é uma marca na vida de Jorge Mario Bergoglio e, agora, como Papa Francisco, expande-se da Argentina para o mundo. Ele dá continuidade a essa eclesiologia em seu pontificado, convocando a Igreja a “sair” e ir às “periferias humanas”, onde se encontram aqueles que sempre foram os preferidos de Deus.

Após mais de 2.000 anos de cristianismo, não é mais tolerável uma Igreja distante da realidade do povo de Deus. A dor dos pobres e a fome dos miseráveis clamam aos céus e à humanidade, exigindo que lhes façamos justiça, que abracemos suas dores e lutas. Não podemos mais chamar de caridade o que, para o cristão, é uma questão de justiça. É claro que a solidariedade e a caridade têm seu lugar, mas lutar pela justiça vai além de uma ação ou de um gesto - é um estilo de vida, o estilo de vida que os Evangelhos nos propõem. Optar pelos pobres é assumir o “projeto” de Jesus Cristo, que foi pobre e nunca renunciou a essa condição, proclamando a pobreza como uma bem-aventurança.

Referências

ALMEIDA, Rogério. Pobreza. In: *Dicionário de Conceitos Fundamentais de Teologia*. São Paulo, SP: Paulus, 1993. p. 696-713.

- AQUINO JR, Francisco de. *Igreja dos pobres*. São Paulo, SP: Paulinas, 2018.
- BÍBLIA de Jerusalém. Nova ed. rev. e ampl. 2. impr. São Paulo: Paulus, 2003.
- BOFF, Leonardo. *Do lugar do pobre*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
- CELAM. *Medellín: Conclusões da Conferência de Medellín*, 1968.
- CELAM. *Puebla: a evangelização no Presente e no futuro da América Latina / Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAN)*. - 14 ed. - São Paulo: Paulinas, 2009.
- CELAM. *Santo Domingo: Conclusões da IV Conferência do Episcopado Latino-Americano*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- CELAM. *V Conferência de Aparecida: renascer de uma esperança*. São Paulo, SP: Paulinas, 2008.
- DE CANDIDO, L. Pobre. In: *Dicionário de espiritualidade*. São Paulo, SP: Edições Paulinas, 1989. p. 946-959.
- EICHER, Peter. Opção pelos pobres. In: *Dicionário de Conceitos Fundamentais de Teologia*. São Paulo, SP: Paulus, 1993. p. 598-609.
- MCKENZIE, John L. Pobre, pobreza. In: *Dicionário Bíblico*. São Paulo, SP: Edições Paulinas, 1984. p. 729-732.
- PAPA FRANCISCO. *Exortação Evangelii Gaudium: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- VATICANO II. *Mensagens, discursos e documentos*. 2 ed. São Paulo, SP: Paulinas, 2007.